

Programa Cultura Viva – 10 anos: continuidades e rupturas

*Deborah Rebello Lima**

Resumo

No ano de 2014, o Programa Cultura Viva completou 10 anos de existência. Neste percurso, a ação que ganhou visibilidade no Brasil e na América Latina teve distintos contornos. O objetivo deste artigo é refletir sobre a relação existente entre grupos sociais e governo ao longo de sua existência. Tendo como marcos específicos os encontros nacionais de Pontos de Cultura, as Teias, o foco é possibilitar a compreensão e os entremeios desta relação, compreendendo os encontros nacionais como capítulos fundamentais neste histórico.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva, Teias, política pública, relação Estado-Sociedade

Abstract

In 2014, the Cultura Via Program celebrated 10 years of its establishment. In this path, the initiative that gained visibility in Brazil and Latin América had various profiles. The goal of this article is to ponder about the relationship between social groups and govern-

* Mestre em História, Política e Bens Culturais e pesquisadora associada no Setor de Estudos de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, Ministério da Cultura. Contato: deborahrebellolima@hotmail.com.

ment throughout its existence. Having as foundation the National Summits of Points of Culture (Teias), its focus is to allow the understanding and meanderings of this relationship, acknowledging the National Summits as basic componentes in its history.

Keywords: Programa Cultura Viva, Teias, public policy, state-society relationship

O ano de 2003 foi considerado um marco para as políticas públicas de cultura no Brasil. Começando pelo emblemático discurso de posse do então ministro Gilberto Gil (2003), onde se valorizou a proposta de que não é papel do Estado realizar cultura, mas efetivar uma espécie de *DO-IN antropológico* para liberar as energias sociais represadas. Também se trabalhou para valorizar a criação do Sistema Nacional de Cultura com o propósito de institucionalizar as políticas culturais no Brasil e fugir se de abordagens episódicas e esporádicas (RUBIM: 2007). Neste mesmo contexto, surgiu um programa governamental que alcançou grande visibilidade no país e em outras partes do mundo: o Programa Cultura Viva.

Em 6 de julho de 2004, a portaria nº 156 publicada pelo ministério da cultura marcou o nascimento oficial do Programa Arte, Educação e Cidadania – o Programa Cultura Viva. Sem grandes complexidades, o Programa surgiu como uma estrutura de fomento estatal direto, com foco em organizações comunitárias com histórico de atuação em suas localidades.

Não existiam modelos, ou formatos pré-estabelecidos, cada organização deveria propor um plano de ações que durasse três anos, o período de conveniamento entre as organizações sociais e o governo federal. A única certeza era que cada uma destas organizações passaria a ser chamada de Ponto de Cultura, e atuaria em conjunto com outras ações do Programa Cultura Viva (Escola Viva, Cultura Digital, Agente da Cultura Viva e Ação Griô). O Estado dava total autonomia para a escolha das atividades e a forma de organização da entidade. A proposta defendida pelo governo era de fomentar o protagonismo dos sujeitos.

O intuito do governo, explicitado e a todo o tempo reiterado nos documentos e discursos dos dirigentes do órgão, foi gerar o fortalecimento de uma rede de ação cultural em que as organizações envolvidas atuassem de forma cooperativa, não somente com o Estado, mas também entre elas mesmas. Existia o interesse de encorajar que os partícipes da política pública exercessem uma postura participativa, questionando as ações e ditando os rumos a serem tomados pelo governo. Na base de construção da ação, segundo a visão dos gestores, o respeito à autonomia e ao protagonismo dos sujeitos aliada à potencialização de uma gestão em rede possibilitaria o empoderamento dos indivíduos e a construção de posturas mais participativas.

Um exemplo deste objetivo de geração de uma ação em rede foram os vários encontros nacionais e regionais realizados entre os partícipes do Cultura Viva. Como iniciativa do governo, os envolvidos no processo foram encorajados a participar de espaços identificados como de troca e “celebração” das atividades realizadas. Estes encontros foram denominados de “TEIAS” e contribuíam para este esforço de catalisar uma abordagem cooperativa e solidária entre os partícipes: um ambiente de vivência, de aprendizado e também de catarse dos problemas enfrentados.

Abria-se, portanto, um espaço de diálogo entre sociedade civil e aparelho estatal, onde o governo assumia-se com mediador de processos em que a sociedade civil teria papel fundamental. O interessante, neste sentido, é perceber as nuances existentes nesta relação. Existiriam momentos de redefinição de ações e a defesa de que era preciso estabelecer um processo de aprendizagem, em que ambos os envolvidos (Estado e grupos da sociedade civil) deveriam aprender a lidar com uma configuração de política pública que prima pela aproximação. Tanto outros momentos foram marcados pela tensão e pela cobrança de mudanças na forma de abordagem e no tratamento, pelo governo, das especificidades de grupos inseridos no Programa.

As escolhas empreendidas pelo próprio Estado passariam a ser cobradas e questionadas pela sociedade civil.

O objetivo principal deste trabalho é a construção de uma análise sobre o desenvolvimento das atividades desempenhadas na alçada do Programa Cultura Viva entre os anos de 2004 e 2014. Utilizando documentos oficiais, entrevistas, notícias e base bibliográfica. O intuito é remontar e compreender este percurso de atuação e construção desta relação entre Estado e sociedade civil. Por meio do acompanhamento de um breve histórico de atuação do Cultura Viva podemos perceber nuances e transformações na relação entre Estado e sociedade civil. Da mesma maneira que conseguimos vislumbrar continuidades e rupturas entre as gestões de 2003 a 2010 e 2011 a 2014. Estes dois contextos, ainda que tratemos de governos de continuidade (gestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff a frente da presidência da república no Brasil) apresentaram proposições distintas e que impactaram nas ações do Cultura Viva.

Propõe-se um esforço de historicizar e perceber as mudanças ocorridas ao longo dos dez anos de gestão analisados. Perpassando e construindo a ideia de que podemos perceber “fases” de maior ou menor interação e/ou enfrentamento entre gestores públicos e da sociedade civil. Não se trata propriamente de uma avaliação de política pública. O interesse aqui é um pouco além disso, o objetivo principal é demonstrar que processos de mudanças de mentalidades/abordagens dialogam com o “mundo real”, com a cultura política das localidades.

Como forma de entender estas diferenças, estes tempos distintos no relacionamento existente dentro do Cultura Viva, optou-se por dividir a análise em cinco fases. Para isso utilizamos as Teias Nacionais¹ como “marcos emblemáticos” de conceitos, anseios, mudanças. Logicamente percebe-se que as mudanças são processuais e as Teias não representam rupturas frias no desenvolvimento da ação, mas

elas funcionam como indicadores importantes para a compreensão das questões que vinham sendo discutidas pelos partícipes do Cultura Viva em cada um dos períodos e que se tornam mais evidentes nos encontros nacionais. A partir delas conseguimos observar a transposição para novas posturas e questões dentro do complexo arcabouço da política pública que se autodetermina fenomenológica e responsiva às dinâmicas sociais.

Momento 1: Venha ver e ser visto! – Teia Saulo Paulo (2006)

No dia 06 de abril de 2006, no pavilhão da Bienal da cidade de São Paulo, tinha início, o primeiro encontro nacional dos Pontos de Cultura. Durante quatro dias, as organizações, pertencentes ao Programa Cultura Viva, fariam uma imersão cultural nas atividades desenvolvidas pelos partícipes da política. Teriam como cenário principal o espaço da Bienal e outros importantes “lugares da cultura” paulistana, tais como: os auditórios do Museu de Arte Moderna e Museu de Arte Contemporânea, além do Sesc Vila Mariana. Chamada de Teia pelos gestores públicos, ela foi moldada como uma espécie de panorama (e por que não prestação de contas?) do que vinha sendo colocado em prática.

Este primeiro momento corresponde a uma fase de descobrimento! Afinal, desde a criação da ação em julho de 2004 esta foi a primeira oportunidade em que os partícipes das mais diferentes regiões do país foram convidados a um evento para divulgar as suas atividades e conhecer outras organizações pertencentes ao Cultura Viva.

No entanto, mais do que um encontro, a Teia era entendida como parte de um processo maior: o Cultura Viva. Para além de um encontro presencial entre partícipes de uma política pública, ela foi compreendida como o a linha de ligação, a costura entre núcleos isolados. O início de um percurso de ativação de uma rede de cooperação e solidariedade por meio da troca e do intercâmbio de práticas

culturais. Pelo menos na ideia dos gestores públicos, o Estado seria um mero coadjuvante, fornecendo pequenos recursos para a realização de atividades que, depois de colocadas em rede, encontrariam novos arranjos e se libertariam da amarra do recurso público. Uma espécie de trabalho de contágio pelo contato, a transmissão de uma perspectiva que foca no associativismo como forma de fortalecimento político, inclusive, dos partícipes pertencentes do Cultura Viva.

A Teia São Paulo foi mais do que o primeiro encontro ou um espaço de trocas estéticas entre os partícipes, considera-se que ela representou o alicerce de uma organização que se pretendia gerir efetivamente em rede. Se os gestores acreditavam que o Cultura Viva somente poderia ser apropriado, reverberado e gerido pelo contato entre os partícipes era preciso estabelecer ações claras que dessem conta da construção desta rede, desta gestão compartilhada. A Teia nasceu com uma dupla função: prática e simbólica de reunir e fortalecer a interação proporcionada pelo Cultura Viva.

Compreende-se que este primeiro momento foi uma espécie de marcação de território da ação governamental dentro da agenda política do próprio Ministério da Cultura e uma demonstração de “boa-vontade” para os grupos pertencentes ao Cultura Viva até aquele momento. A Teia foi quase um manifesto: o Manifesto do Cultura Viva. Uma espécie de luta contra-hegemonica advinda de uma secretaria do próprio Estado. Novamente recorrendo as palavras do gestor, Célio Turino:

É precisava ser na Bienal de São Paulo, cânone da chamada “arte consagrada”, ícone das tendências culturais. Bastavam alguns dias, uma brecha no calendário. Tinha que ser lá, como foram as dependências do Teatro Municipal de São Paulo, em uma semana curta, de Arte Moderna, em 1922. Agora, a arte sem escola, vinda da periferia, de todas as periferias, fosse geográfica, estética ou social. Foi bonito ver a entrada de todos aqueles Pontos naquele enorme prédio da arquitetura moderna. (TURINO: 2009. P. 206)

Entende-se que o tom deste período foi marcado pelo “*maravilhamento*” e pelo (re)conhecimento de grupos, artistas e localidades integrantes da diversidade cultural brasileira. O encantamento do próprio estado em ter contato efetivo com organizações de todas as partes que tinham sido selecionadas por meio de edital público e ficavam distantes geograficamente.

Assim, dentro do tema do encontro a proposta era “Venha ver e ser visto”. O importante era fazer com que os partícipes do Cultura Viva tivessem dimensão de que não se tratava de um simples repasse de recursos. A potência não estava somente no financiamento direto, por parte do governo, para ações que não se sentiam integradas a um circuito de produção cultural restrito aos grandes centros urbanos. O importante era contagiar os partícipes e gestores da diversidade de possibilidades que o Cultura Viva poderia proporcionar. Não existiam direções, apenas anseios.

Momento 2: Tudo de todos! – Teia Belo Horizonte (2007)

O marinheirooooo é hoooorra, é hora de trabalhar!

Ciranda de trabalho, muito entoada nas reuniões dos Pontos de Cultura A cantiga citada acima e partilhada pelos ponteiros é um importante retrato deste período de novas proposições. A sociedade civil, os grupos pertencentes ao Cultura Viva são “intimados”, em função da conjuntura, a adotarem um tom mais crítico em relação à postura governamental. Este período compreende a realização do segundo encontro nacional de Pontos de Cultura ocorrido em Minas Gerais, a Teia BH.

Percebemos que esta Teia não foi montada com o propósito de divulgação, de ser uma vitrine do fazer dos partícipes. Já se percebe a necessidade de fazer do evento com espaço múltiplo de interação estética, de gestão e também política. A organização do encontro em

cinco territórios temáticos traduz um pouco desta preocupação. Os trabalhos foram divididos em: Expressão, Diálogo, Práxis, Trabalho e Celebração. Acredita-se que o propósito foi estabelecer o hibridismo temático do encontro, sem esquecer o relacionamento com a Economia Solidária, presente desde a primeira edição da Teia.

No entanto, manteve-se o caráter de celebração do encontro, juntamente com as perspectivas de reflexão e organização da política pública. A visão de gestão do conhecimento entre os Pontos, não somente no que tange ao relacionamento com o Estado, mas também no partilhamento de suas práticas simbólicas foi ganhando cada vez mais importância dentro do evento.

No entanto, o evento em Minas é um indicativo da importância política que o Programa vinha alcançando dentro da agenda Ministerial e, mais ainda, a visibilidade adquirida dentro do governo como um todo. A participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura das atividades indica a relevância que o Cultura Viva vinha ganhando politicamente. O breve discurso durante a cerimônia de abertura retrata um pouco do “descobrimento” que o Brasil estava fazendo de seu próprio povo. Afinal, no momento da criação do Programa era pouco provável que os gestores e criadores tivessem a dimensão que a ação ganharia posteriormente.

O que nós estamos vendo é que os Pontos de Cultura podem ser a grande possibilidade de o Brasil descobrir o Brasil, de o Brasil conhecer o Brasil. (...)Eu quero dizer a todos vocês e, sobretudo, a você, Gil, como ministro, e ao Augusto Boal: Meu querido Boal, no que depender do seu velho companheiro aqui, saiba que eu serei parceiro para que a gente possa, Juca, implantar cada um dos Pontos de Cultura, que daqui a alguns anos serão tantos que em vez de o pessoal ver a teia do homem-aranha, o povo vai ver a teia do povo cultural deste País tão brasileiro. (SILVA: 2007. P. 10)

A presença do Presidente da República e outras autoridades trouxe também a cobertura da grande mídia, em uma das poucas oportu-

tunidades em que o Cultura Viva foi citado na mídia tradicional. O jornal Estadão, com uma matéria publicada no dia da abertura do evento, dia 7 de novembro de 2007, destacou a presença de autoridades e o grande “cardápio” (termo usado na matéria) de ações disponibilizadas pela população. Pouco se falou sobre a política pública em si, o foco maior estava no evento político.

A Teia ganhou um novo status e foi se fortalecendo como espaço de reverberação política do próprio Ministério da Cultura. Deixa-se o momento de contemplação e maravilhamento para a tentativa de construção de discursos coletivos. Aqui o Estado ainda se apresenta como grande fomentador.

Por outro lado, se politicamente o evento foi um grande sucesso, sobre a operacionalização das atividades, o que se observou foi mais um episódio de grandes problemas de infraestrutura, o que ocasionou grande descontentamento entre os partícipes. O descontentamento foi crescendo e os ponteiros resolveram criar uma instalação no parque da cidade para fazer uma Teia paralela, a “Teia das lamentações”. O fato é um indicativo importante de algumas mudanças na postura dos grupos em relação ao Estado, em que se observava a cobrança por mudanças dentro do Cultura Viva.

Crescia a percepção de que os ponteiros deveriam estar organizados para assumir o efetivo protagonismo presente no conceito do Cultura Viva. Mesmo que em forma de Ciranda, o sentimento de pertencimento e de uma postura mais propositiva crescia dentro da ação. Segue abaixo o trecho de uma Ciranda (Minha Ciranda) cantada de forma contínua pelos Pontos de Cultura nos momentos de trabalho coletivo:

Essa ciranda não é minha só
é de todos nós, é todos nós
A melodia principal quem tira
É a primeira voz, é a primeira voz
Pra se dançar ciranda

Juntamos mão com mão
Fazendo uma roda
Cantando essa canção (Lia de Itamaracá)

Nesta base de análise, o sentimento de apropriação e adoção de uma postura mais crítica era percebido. Logicamente que o encantamento e o tom libertador do Cultura Viva ainda era presente. Afinal, falamos de uma ação governamental que se voltou para o diálogo com públicos até então “invisíveis” para o governo. A adoção de atitudes mais críticas era um processo a ser construído entre os próprios partícipes.

Nesta conjuntura, somada a discussões e problemas que ocorreram antes mesmo da realização do evento em Minas Gerais, foi decidida a fundação de um colegiado para o debate dos problemas enfrentados na gestão. Um parlamento onde os ponteiros pudessem pontuar suas questões e levantasse as necessidades a serem tratadas com os gestores governamentais. Surgiu assim o Fórum Nacional de Pontos de Cultura. Como forma de garantir o diálogo organizado entre grupos e o governo foi criada também a Comissão Nacional de Pontos de Cultura – CNdPC. De acordo com o regimento interno da organização, ela deve adotar um tom crítico e ao mesmo tempo propositivo sobre as demandas existentes no Programa Cultura Viva e em outras políticas públicas gestadas pelo MinC. Segue um trecho do documento da CNdPC:

A CNdPC têm como objetivo geral garantir o fortalecimento dos Pontos de Cultura em todo o território brasileiro, sendo instância permanente de atuação e representação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais no país”.

O grupo, que se articula através da Rede Nacional de Pontos de Cultura, é um movimento autônomo que cobra do Estado e, ao mesmo tempo, contribui com ele, abrindo canais de diálogo para avançar nas políticas públicas; com destaque para o Programa Cultura Viva, Mais Cultura e Sistema Nacional de Cultura. (CNdPC: 2009. P. s/n)

Levando em conta o texto do mesmo documento, em seu parágrafo terceiro, apresenta-se o Fórum como um espaço colegiado em que todos os Pontos de Cultura teriam o mesmo peso e voz e discutiriam de forma direta sobre a pauta de reivindicações existente entre os partícipes. Segundo o trecho: “O Fórum Nacional dos Pontos de Cultura é uma instância deliberativa do Movimento e da Rede Nacional dos Pontos de Cultura, que se reúne presencialmente pelo menos 1 (uma) vez por ano.” (CNdPC: 2009. P. s/n)

Os componentes da CNdPC são eleitos na realização do Fórum, que neste primeiro momento estaria vinculado à realização anual da Teia. A Comissão teria um representante de cada estado da federação, além de um por segmento existente dentro do Cultura Viva (Ação Griô, Agente Cultura Viva, Cultura Digital e Escola Viva) e um para cada Grupo Temático existente dentro das reflexões do Fórum. Alguns destes Gts se propõem a discutir a criação da Lei Cultura Viva, o modelo de Sustentabilidade, a forma de tratamento da Juventude, entre inúmeros outros temas tratados. O Fórum e a Comissão Nacional foram criados na transição entre o final da Teia São Paulo (2006) e os preparativos para a edição de 2007, a Teia Minas. Contudo, sua efetiva participação somente se torna visível nos trabalhos efetuados em Belo Horizonte.

A ideia de ambas as estruturas é fortalecer a participação dos gestores dos Pontos nos debates sobre os problemas e questões existentes na gestão. Grupos e indivíduos foram mobilizados para fazer do encontro de Minas Gerais este momento de catarse, de afinação de bandeiras e de proposição de mudanças.

Durante os trabalhos e reflexões propostos pelos Pontos no Fórum Nacional de Pontos realizado no evento, foi lido um documento denominado “De Ponto em Ponto a Democracia enche o papo”, no qual se observa o maior endurecimento de uma parcela dos Pontos por parte de algumas questões. Diz um trecho do documento:

Dentre os avanços e recuos deste governo um programa em especial nos diz respeito diretamente, e é devido a ele que estamos aqui hoje reunidos. É o Programa Cultura Viva, que nasceu da inspiração do ministro Gilberto Gil - o “do-in antropológico”, que pressiona e ativa pontos nevrálgicos da vida cultural do país - e vem sendo implementado pela SPPC e pelo secretário Célio Turino. (...) Podemos dizer que muito antes do Programa existir já existiam “pontos de cultura”. Eles são milhares, são milhões no Brasil. (...) O Cultura Viva é fruto do reconhecimento, por um governo democrático, das lutas e conquistas históricas do movimento cultural popular.

No entanto, a estrutura do estado brasileiro, construída e mantida durante séculos para beneficiar uma elite dominante e concentradora de dinheiro e poder, não está aberta a estas lógicas de territórios comuns e espaços de radicalidade democrática. Neste sentido, a estrutura do estado cria uma série de entraves e dificuldades para a existência e o funcionamento dos pontos de cultura. (...) A cada momento os pontos esbarram em problemas burocráticos, financeiros e legais que retardam ou inviabilizam seus trabalhos. (...) O nosso desejo de avançar e de radicalizar esta experiência plural e democrática dos pontos de cultura esbarra na estrutura do Estado que não permite que uma proposta ousada e original como esta seja bem sucedida. Estamos diante do seguinte dilema: podemos nos submeter e deixar que a legislação defina dentro dos seus critérios elitistas e conservadores o que é certo e errado, ou criamos a oportunidade de viabilizar o que tem de ser priorizado e mudado nesta legislação, de acordo com os nossos interesses coletivos. (...) Dependendo da nossa capacidade de mobilização é que conseguiremos fazer uma nova e melhor legislação ou não. É a efetivação de um processo de organização política que já está em curso a partir da formação dos Pontos de Cultura, que ainda não está consolidado, mas já configura um movimento inédito e sem precedentes na sociedade brasileira. (CNdPC: 2007. P. s/n)

Esta postura de busca por maiores mudanças, de transformação do arcabouço jurídico e de cobrança por parte do MinC não foi efetivamente um consenso. Ainda existia uma certa resistência de alguns Pontos em estabelecer uma postura mais crítica em relação às limitações que o Minc impunha ao próprio Cultura Viva. Contudo, é inegável que o documento toca em temáticas caras ao movimen-

to, o dilema de ser inovador necessita de novas abordagens no que tange a própria administração da política pública (a forma de convênio e repasse de recursos, a verificação e acompanhamento de resultados, etc).

A questão aqui passa a ser o compartilhamento de responsabilidades também com foco na mudança. Afinal, é preciso pensar nas especificidades que o campo da cultura possui e, mais especificamente, o que o Cultura Viva traz de novo na gestão com públicos com baixa institucionalização e organização formal. Um exemplo bastante recorrente é o contrassenso de uma organização comunitária como um Ponto de Cultura ter o seu convênio público regido pela Lei geral de licitações (Lei 8.666/93), a mesma adotada para grandes empresas prestadoras de serviço para a União.

Portanto, começa a brotar a percepção de que os Pontos devem fomentar a construção de um movimento que transborde as demandas do próprio Cultura Viva. Defendem-se mudanças estruturais na forma de tratamento da cultura pelo governo como um todo. No entanto, mesmo para tornar-se um movimento é preciso definir processos, vontades que percorram um mesmo caminho: o da mudança.

Novas formas de atuação eram necessárias. Surgem neste período os primeiros esforços para a mudança da estrutura de gestão. Se até esta ocasião todos as organizações pertencentes aos Pontos de Cultura possuíam convênio direto com o MinC, era preciso pensar novas formas de desconcentrar o repasse. Além disso, outras formas jurídicas precisavam ser testadas para fugir das obrigatoriedades dos convênios públicos. Enfim, o saldo do encontro realizado em Minas Gerais, apontava os primeiros indícios de problemas estruturais, principalmente na operacionalização das ações.

A relação entre Estado e grupos ainda é “harmoniosa”, apesar das dificuldades e da existência de alguns grupos críticos. O Estado ainda se apresenta como protagonista central e fomentador de in-

terações e da própria rede. Os grupos fazem os primeiros esforços no sentido de empoderarem-se e terem mais força nos processos de discussão e mudança, cobranças de respostas ao trabalho usual do próprio Ministério da Cultura (definição de regras mais claras, mais celeridade na análise e acompanhamento das atividades, etc).

Momento 3: Iguais na diferença – Teia Distrito Federal (2008)

O terceiro momento, neste acompanhamento histórico do Programa Cultura Viva é representado pela realização do terceiro encontro nacional dos Pontos de Cultura, a Teia, na cidade de Brasília. Durante quatro dias, entre 12 e 15 de novembro, a capital da república foi “invadida” pela cultura popular, por caravanas, apresentações e muitas discussões sobre os rumos a serem seguidos pela política pública.

O fazer cultural das mais variadas organizações do país ocupou a Esplanada dos Ministérios, o Complexo Cultural da República, o Teatro Nacional e a sede da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE. Reforçando a ideia de que não deveria existir qualquer tipo de hierarquização entre fazeres culturais distintos, ou como afirmou Sérgio Mamberti (2008), na época presidente da FUNARTE, “não pode haver cultura de primeira e de segunda classe! Juntos, podemos mudar a realidade e já o estamos fazendo.”

Algumas diferenças em relação à organização das edições anteriores do evento também foram percebidas. Talvez a mais importante diga respeito à participação efetiva dos Pontos de Cultura na organização/produção do evento. Nesta edição realizada no Distrito Federal todas as atividades foram elaboradas pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura, o MinC não ficou a frente como nas vezes anteriores. Por meio de patrocínio oferecido pela Petróleo Brasileiro S/A, o Ponto de Cultura A invenção Brasileira conseguiu o aporte necessário para gerir a programação do evento.

Como temática principal abordou-se a ideia de que “Todos são iguais na diferença” uma percepção que comunga com o período vivido pelos partícipes na busca por paradigmas comuns de ação, mas que não façam com que a individualidades deles não seja perdida. O referido tema foi também uma homenagem aos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1948.

Os números do evento também indicam o crescimento da ação e sua capilaridade pelo país. Segundo informações divulgadas no site do Ministério da Cultura e do próprio evento, 23 estados da federação enviaram representantes para participar da Teia e das discussões do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, onde 670 delegados foram credenciados para a votação e deliberação da assembleia realizada durante o encontro.

A estimativa de público participante do evento (seja como participante direto ou espectador nas mostras artísticas) passou a casa de 10.000. O encerramento das atividades foi marcado por um grande cortejo que atravessou a Praça dos Três poderes e foi chamado de “Ato de Re-proclamação da República do Povo Brasileiro”. Um elemento simbólico da luta pelo espaço político da cultura dentro do governo. Um trecho da depoimento de TT Catalão, Vanderlei dos Santos Catalão, que esteve presente ao cortejo, e posteriormente seria nomeado Secretário de Cidadania Cultural e responsável pela execução do Cultura Viva, remonta um pouco da importância do evento.

Precisamos estetizar a política e criar narrativas simbólicas em aliança com os índices técnicos quando se trata da Cultura. O cortejo da Re-Proclamação da República pela Cultura trabalha sobre o reafirmar valores republicanos em rima rica com magnífica diversidade cultural brasileira e suas inúmeras linguagens em todo o território nacional.

A oportunidade surge com a data de encerramento do Terceiro Encontro Nacional dos Pontos de Cultura – a Teia, no dia 15 de novembro. Uma data cívica, realmente nacional, em Brasília, sempre ficou no ca-

lendário com o 21 de abril, sua inauguração, e o 7 de setembro. Faltava relacionar o 15 de novembro no sentido republicano mais amplo, como um projeto de construção permanente que nos mobiliza em direção à desejada sociedade justa e solidária traduzida em participação democrática e direitos culturais da arte aliada da cidadania. (CATALÃO: 2008. P. s/n)

O Cultura Viva naquele momento já era percebido como uma das ações do Ministério da Cultura com maior visibilidade, inclusive com os crescentes problemas de gestão. Existia entre os partícipes o fortalecimento da visão do Cultura Viva como um movimento social que transformaria o cenário do investimento em cultura no país. O crédito na força simbólica e política que os Pontos levantavam eram percebidos como a grande potência do grupo.

O sentimento de pertencimento e reconhecimento era cada vez mais visível e acompanha a construção do ideário dos Pontos de Cultura. Isso era perceptível na experimentação e na vivência do evento, no contato entre os Ponteiros e os gestores e no clima quase ecumênico existente. O conflito entre a “gratidão” pela existência da ação e a cobrança por mudanças estava presente nos debates, especialmente nas plenárias dedicadas à discussão exclusiva dos gestores de Pontos de Cultura. A relação entre Estado e grupos sociais ainda era confusa.

Contudo, foi possível perceber que a importância da participação dentro das discussões do Programa também vinha se fortalecendo. Desde a criação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura e do Fórum a preocupação de construir uma agenda nacional de demandas e debates foi sendo desenvolvida. Ainda mais em uma política pública que tinha no conveniamento direto entre organizações públicas e Ministério da Cultura a sua principal forma de desconcentração de recursos.

Em um cenário de redefinições e busca de saídas para problemas que pareciam levar as ações a um círculo vicioso de ineficiência e atraso, MinC e organizações espalhadas por todo o país tinham o desafio de pensar novas estruturas e novos rumos para o Programa

Cultura Viva e seus partícipes. Ganha força, neste contexto, a ideia da federalização do Programa Cultura Viva. Sob a égide e influência do Mais Cultura, a saída encontrada para esta expansão de atividades e para a capilarização do Programa era a divisão de responsabilidade com estados e municípios.

Os editais de novos Pontos de Cultura a serem lançados seriam fruto do convênio entre governo federal, estaduais e municipais. Em cada um dos territórios o governo local assumiria a responsabilidade como mais um ator nesta Teia de sujeitos. O MinC passaria a disponibilizar recursos aos governos para que estes realizassem os editais e realizassem os convênios. Uma alternativa para trazer a gestão da política pública para mais próximo dos sujeitos e assim evitar maiores ruídos. Acreditava-se que desta forma haveria uma expansão da mobilização em torno do Cultura Viva que não estaria mais concentrada na estrutura do Ministério da Cultura.

No entanto, ainda adotando a perspectiva anterior, este direcionamento aos estados e municípios não teve nenhuma regra ou metodologia específicas. Cada localidade criaria a sua própria rede de Pontos de Cultura diante de suas particularidades e esta rede seria incorporada pelos Pontos já existentes. Nas palavras de Célio Turino:

Há muitas vantagens nesse processo: o primeiro é o fato de o Ponto de Cultura tornar-se política de Estado, realizada pelos diversos entes federados, independente de conveniências ou disputa entre governos e partidos (...). Pode haver problemas como a tentação da manipulação ou perseguição política (...) e o risco de burocratismo local também existe? Sim. Mas a garantia de que isto não aconteça está exatamente no empoderamento da rede de Pontos que já existe, na apropriação do conceito por parte da sociedade, no pacto federativo e na vigilância do governo federal. (TURINO: 2009. P. 167).

A descentralização das ações enfrentava o medo da pulverização das discussões e do enfraquecimento da voz dos Pontos de Cultura com dinâmicas locais. Além de recearem ainda mais fortemente a

influência política local na deturpação e na pouca clareza de escolha das organizações pertencentes ao Cultura Viva. Na prática, temia-se a prática clientelista existente em tantos lugares do Brasil.

A relação entre Estado e grupos sociais torna-se ainda mais múltipla, pulverizada e multifacetada. Não existe mais uma Secretaria específica a ser cobrada pelos Pontos de Cultura, um novo grupo de gestores públicos entram no processo, a princípio para somar, os rumos da gestão vislumbram se isso foi possível ou não.

Neste contexto, como reflexo das discussões empreendidas pela Teia de 2008 e durante o ano que se seguiu, a sociedade civil, os Ponteiros começam a sentir a necessidade de estabelecer também garantias mais institucionalizadas de manutenção do Cultura Viva. Surgem reflexões e propostas para a criação de uma Lei Cultura Viva e uma Lei Griô.

A Lei Cultura Viva é percebida com este potencial de modificar a relação existente entre Estado e sociedade por meio da institucionalização do Programa. O interessante é tensionar se esta institucionalização não é seria um contrassenso tendo em vista a defesa de uma política pública que se preocupa com o dado real da vida cultural e não com a letra fria da lei.

Este mesmo período, em meio a este turbilhão de acontecimentos foi também marcado pela contratação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA pelo Ministério da Cultura, em busca de uma nova avaliação sobre os resultados obtidos pelo Programa Cultura Viva, que foi publicada ainda no ano de 2009. Analisar uma política pública que assume não ter um desenho específico é um verdadeiro desafio para os analistas. O objetivo foi visitar e conhecer cada um dos Pontos de Cultura conveniados naquele momento para realizar uma espécie de “censo”, buscando dados para compreender as ações e como os gestores lidavam com as necessidades. Tanto o Ministério quanto o Ipea ainda faziam esforços para compreender o

desenho global e as características empíricas do Programa Cultura Viva. Era preciso visualizar se a teoria proposta apresentava resultados práticos. Um período marcado pelos novos rumos que o Programa vinha tomando.

Momento 4: Tambores Digitais! – Teia Fortaleza (2010)

Entre os dias 25 e 31 de março, a cidade de Fortaleza, nas dependências do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura foi realizada a quarta Teia. Como um momento de celebração, o encontro do ano de 2010, foi muito aguardado pelos Pontos, tendo em vista o distanciamento da edição anterior.

A execução das atividades foi novamente liderada pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura, assumindo o protagonismo dos Pontos na execução de um espaço de trocas dos próprios partícipes. Por meio de patrocínio concedido pelo Banco do Nordeste e em parceria com o Ministério da Cultura e o Governo do Ceará o evento foi um marco para a definição de novos desafios com a mudança de gestor e de governo que se anunciava.

Como nas edições anteriores, além de espaço de trocas entre os Pontos, a Teia também foi um importante encontro político. Nela foi realizada a terceira edição do Fórum Nacional de Pontos de Cultura, o que possibilitou novos representantes para a composição da Comissão Nacional de Pontos de Cultura. Uma novidade desta edição foi a presença de “observadores” internacionais, indivíduos pertencentes aos Pontos de Cultura fundados no exterior, estudiosos do programa.

O pensamento global sobre o Cultura Viva poderia ser considerado otimista. Os Pontos e os gestores adotavam a percepção de que o processo de participação por si só garantiria a permanência das ações. O empoderamento era tido como algo dado.

Todo esse processo de construção do Cultura Viva avançou sem alarde, não houve publicidade oficial e a mídia mercadoria (também conhecida como grande imprensa) praticamente o ignorou. Mas nas comunidades do Brasil, nas mais distantes e esquecidas, o Ponto de Cultura é uma realidade. E é realidade por dois motivos: primeiro porque chega respeitando quem já faz cultura há muito tempo; segundo, porque 85% de todos os recursos do programa são aplicados diretamente na ponta, nas pessoas. Esses recursos não se perderam na estrutura burocrática ou em outros desvios tão comuns no serviço público. As construções humanas mais antigas, e ainda em pé, são as pirâmides do Egito. Há cinco mil anos seus arquitetos já sabiam que para uma construção se manter sólida é preciso o topo estreito e uma base larga. Foi o que fizemos. (TURINO: 2009. P. 168)

Durante o evento de 2010 iniciou-se também a articulação de diversos outros países da América Latina em torno da compreensão do “fenômeno” Cultura Viva. Crescia o interesse de outros países, principalmente sul americanos, em compreender melhor os detalhes da ação para reverberá-la em seus países.

O clima percebido durante a realização da quarta edição nacional do encontro de Pontos de Cultura, a Teia, era de ansiedade. Assim como o título do encontro, Tambores Digitais, os tambores da ansiedade rufavam entre os Pontos de Cultura. Não somente pela eleição presidencial que se aproximava, mas também, pela saída do gestor e idealizador do Cultura Viva, Célio Turino.

A ansiedade e temeridade pelos rumos do Programa eram sim percebidas na fala de muitos dos partícipes. A mudança de gestor era tida como uma grande ameaça. O carisma de Célio Turino na forma de lidar com os problemas e adversidades ao longo das ações. A insegurança em relação a quem ocuparia o posto de gestor principal da Secretaria de Cidadania Cultural também era percebido.

A defesa da aprovação da Lei Cultura crescia como alternativa para a continuidade das atividades, mesmo com a possível mudança de governo. O marco do evento foi a emoção em torno da despe-

didada. Aplaudido de pé pelos presentes e pelo Ministro da Cultura, Juca Ferreira. O nome anunciado para substituir o gestor foi o de Vanderlei dos Santos Catalão, mais conhecido como TT Catalão. O foco principal estava na defesa da continuidade e na necessidade de despersonalizar o Cultura Viva da figura de Célio Turino. A principal discussão rondava o exemplo da saída de Gilberto Gil do governo e a continuidade das plataformas políticas desenhadas em sua gestão.

Neste contexto da Teia de 2010, os anseios pela institucionalização eram a todo o momento sinalizados. Não somente pela aprovação da Lei Cultura Viva, mas também pela maior independência da Comissão Nacional de Pontos de Cultura, a busca por formas de financiamento que permitisse o trabalho continuado dos Pontos.

A saída encontrada pelos membros da CNdPC neste contexto foi a institucionalização da comissão e a tentativa de transformá-la em mais um Ponto de Cultura. Assim existiria um convênio público firmado entre governo e sociedade civil e garantiria a execução de atividades de acordo com o escopo estabelecido pelo grupo.

Neste período o Ministério lança um edital para Pontões de Cultura, uma das modulações criadas dentro da rede com o propósito de, entre outras características, garantir a articulação política entre Pontos e fomentar a circulação e ativação da rede.

Surgiu assim a oportunidade ideal para a institucionalização da CNdPC. Ficou entendido entre o grupo que o melhor lugar para sediar a Comissão era mesmo Brasília, pois era preciso manter proximidade com o MinC e facilitar o trabalho de pressão, quando este fosse necessário. Assim, uma das organizações que já era parte do Programa Cultura Viva e possuía um Ponto de Cultura, ofereceu-se para “hospedar” e representar juridicamente a Comissão no edital aberto pelo MinC.

A complexidade do cenário, a entrada de vários outros atores, como estados e municípios, a mudança no governo federal arregi-

mentavam a concepção de que os Pontos precisavam se unir em favor da manutenção e da garantia de continuidade do Programa Cultura Viva. Diversas ações fizeram parte das discussões da CNdPC entre a Teia 2010 e a eleição presidencial: pressão política para a aprovação da Lei Cultura Viva, o apoio a candidatura de Célio Turino a deputado federal por São Paulo e a cobrança de que os candidatos à presidente, independente de partido, reconhecessem a importância dos Pontos de Cultura e assinassem compromissos públicos de continuidade das atividades desenvolvidas ao longo de todo o governo Lula.

Por outro lado, em finalização de governo, e sabe-se que a proximidade das eleições faz surgir recursos orçamentários realmente inesperados, ocorreu uma proliferação de editais e novos investimentos no Programa Cultura Viva. Existiram editais voltados à vinculação de novos Pontos de Cultura, em parceria com os estados e municípios, ao aumento da rede de Pontões, citado acima e que possibilitou a entrada da Comissão Nacional de Pontos, à divulgação de prêmios e aumento das atividades.

Sobre a importância dos especialistas no caminho de execução e redirecionamento do Cultura Viva, foi neste momento que ela ficou mais evidente. Afinal, se a política pública despertava o real interesse das mais diversas instituições educacionais do Brasil, em níveis de graduação e pós, nas mais diversas áreas (administração, economia, antropologia, sociologia, políticas públicas, etc), era preciso capitalizar e aproveitar este trabalho desenvolvido.

Este esforço de pesquisa gerou como consequência, já na Teia 2010. Entre os distintos encontros e atividades foi organizada uma mostra de trabalhos sobre o Cultura Viva. No entanto, desta vez a discussão não ficou restrita ao campo acadêmico. O encontro também contou com a participação de trabalhos desenvolvidos por gestores de Pontos de Cultura. Não existiu uma preocupação com rigores acadêmicos ou titulações específicas. O intuito foi de publicizar

e fomentar as reflexões de todo o tipo. Não somente as acadêmicas, mas também a dos próprios Pontos analisando suas práticas.

Entende-se que este interesse do governo em trazer a contribuição dos pesquisadores sobre o Cultura Viva é também um indício de que se objetivou ao longo da gestão a criação de um discurso, de um imaginário sobre o que seria o Cultura Viva, quais os seus objetivos, o que teria de caráter inovador e quais as ferramentas necessárias para garantir a sua continuidade.

Esta preocupação, a meu ver, também era percebida no esforço governamental em não somente premiar, mas expor os bons exemplos e práticas das organizações. A publicação do Almanaque Cultura Viva serviu para, de certa forma, cumprir esta função de documentar, publicizar e historicizar alguns trabalhos existentes.

Seja por meio do fomento à pesquisa, da maior abertura de editais, ou da publicização de casos de sucesso, a percepção que paira sobre este período é do crescente ganho de espaço dos partícipes e do Programa como um todo. Há um crescimento e fortalecimento do protagonismo exercido pelo Pontos, mesmo que sem um discurso coeso ou uma organização tão evidente.

Em termos gerais, o Programa alcança lugares relevantes na agenda nacional. Um exemplo disto é a inclusão da meta nº 23 no Plano Nacional de Cultura. O objetivo traçado ali foi a meta de criação de 15 mil novos Pontos de Cultura até 2020. Um grande desafio não somente em recursos como em mecanismos de gestão para uma rede tão ampliada de organizações.

O esforço maior de continuidade era perseguido por meio destes ganhos políticos, conseguidos por fomento governamental e também pressão política dos Pontos de Cultura. O tom da participação e do protagonismo era cada vez mais pautado por uma postura do governo federal chamando os Pontos a ocuparem os espaços (políticos e institucionais).

A rede era a maior preocupação neste período, a sustentabilidade política das atividades, o entendimento da relação dos Pontos. O efetivo empoderamento das ações e a sobrevivência da rede sem o fomento direto do governo era uma questão latente, tanto dos gestores como dos partícipes.

Momento 5: A Teia da Diversidade (2014)

Neste período, o mais surpreendente, talvez, seja que o maior medo dos partícipes do Cultura Viva e gestores dos Pontos de Cultura efetivamente não ocorreu. A eleição presidencial realizada em 2010, e que representou uma nova estrutura de governo a partir de 2011, não trouxe uma ruptura partidária. Pelo contrário, viu-se a estrutura de um chamado “governo de continuidade” operando nos anos seguintes.

No entanto, pouco a pouco os distanciamentos entre uma abordagem e outra seriam percebidos. A tão sonhada continuidade não se revelaria tão clara e mudanças estruturantes no trabalho desenvolvido pelo Ministério da Cultura seriam evidenciadas. O impacto nas atividades do Cultura Viva seriam logo percebidos. O novo desenho institucional do Ministério seria o primeiro choque. As atividades e o gerenciamento do Cultura Viva, como uma política pública, desde o momento de sua criação, ficaram a cargo da Secretaria de Cidadania Cultural. Mesmo que originalmente ela tenha surgido com outra nomenclatura, Secretaria de Programas e Projetos, era uma estrutura exclusiva para as atividades do Cultura Viva, que não eram poucas.

Sendo a estrutura do MinC enxuta e com o propósito de abrir espaço para novas atividades, a Secretaria de Cidadania Cultural foi amalgamada ao trabalho da Secretaria da Identidade e Diversidade, criando a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural. A temática de ambas era correlata e foi coerente a reunião das atividades desempenhadas por ambos os departamentos, porém a falta de estrutura

e recursos para dar prosseguimento a um escopo ampliado de trabalho foi o primeiro desafio na gestão do Cultura Viva. Este arranjo institucional foi orientado para abrir espaço para a recém-criada Secretaria da Economia Criativa, por meio do decreto ministerial nº 7.743 de 31 de maio de 2012, o MinC apresenta esta reestruturação departamental e começa a dar sinais de que o lugar do Cultura Viva na agenda política não seria o mesmo.

Esta nova estrutura do MinC rapidamente impacta na percepção dos partícipes e causa tensões com o governo. Soma-se a isso um tenso e complexo período em que ocorre a suspensão dos editais divulgados no final da gestão anterior. Se o ambiente da Teia de 2010 e o período que se sucedeu até a finalização do governo foi de otimismo, pois era evidente o esforço governamental de aumentar as atividades e possibilitar maiores investimentos, o início da nova gestão frustrou esta esperança ao colocar todos os investimentos suspensos e realizar uma grande análise dos editais, muitos deles com suspeitas de vícios de legalidade em suas publicações.²

Nesta conjuntura de incertezas e desconfianças em relação à continuidade das ações e a efetiva permanência do Cultura Viva na agenda governamental, a Comissão Nacional de Pontos de Cultura, por meio da colaboração coletiva dos partícipes lança um documento denominado “manifesto dos Pontos de Cultura”. Neste documento, buscaram definir o Cultura Viva como um movimento social que precisa sim ser respeitado pelo estado. Falamos de outra tipologia de relacionamento entre governo e grupo, segundo o trecho:

Este é um dia histórico para o movimento nacional dos pontos de cultura. Hoje, centenas de representantes de Pontos de Cultura de todo Brasil desembarcam em Brasília para uma jornada de encontros, audiências, mobilização, diálogo e celebração. (...) Queremos lhe contar um pouco desta história para que juntos possamos dar continuidade a esta narrativa de transformação da cultura brasileira de baixo para cima.(...)

Os Pontos de Cultura são a expressão mais visível do avanço das políticas culturais do Brasil nos últimos 8 anos, onde as políticas públicas se dedicaram ao reconhecimento e valorização da diversidade cultural do povo brasileiro e da sua dimensão. Democratizaram o acesso aos bens e produtos culturais! (...) Este é um projeto do “comum”, do casamento dos anseios da sociedade com o primeiro governo popular eleito no Brasil. (CNdPC: 2011. P. 3)

Problemas burocráticos eram levantados como as principais razões das tensões entre governo e grupos sociais. Na visão do Ministério da Cultura, um choque de gestão era necessário para dar continuidade às ações. O discurso que ganhou corpo neste período foi o de que faltou planejamento na execução do Cultura Viva, era preciso dar a ele uma estrutura mais visível.

Em meio a este ambiente turbulento a Secretaria de Cidadania e Identidade Cultural tem uma nova troca de gestor, assumindo Márcia Rollemberg. Os desafios se agravavam e era preciso dar respostas aos problemas imediatos, mas também apontar maiores contornos ao futuro da ação. A desconfiança quanto a continuidade do Cultura Viva ganhava cada vez mais reverberação, era preciso acalmar a situação e restabelecer o diálogo entre governo e grupos sociais.

Surgiu assim, no final de 2011, um grupo de trabalho para se pensar os rumos da política pública. Em trabalho conjunto com o IPEA, outros partícipes e estudiosos da ação teve início a chamada proposta de “Redesenho do Programa Cultura Viva”. De acordo com o próprio MinC:

O Redesenho do Cultura Viva é uma necessidade identificada pelo Ministério da Cultura, a partir da realização das duas pesquisas do IPEA sobre os Pontos de Cultura e a análise dos resultados encontrados. O redesenho pretende elaborar diagnóstico do Programa Cultura Viva (...). O redenho do Programa prevê a criação de um grupo de trabalho (GT) intersetorial, garantindo ampla participação social no processo. O GT se reunirá periodicamente, em encontros presenciais e em diálogos

virtuais, em um trabalho conjunto e colaborativo que visará atingir os objetivos do projeto. Acompanhe aqui o cronograma das reuniões. (MINC: 2011. P. s/n)

A proposta foi organizada com o objetivo de refletir sobre os gargalos existentes no Cultura Viva. A ideia era sedimentar uma estrutura conceitual específica que também se traduzisse em uma forma de atuação moldada de acordo com os objetivos. A discussão era transversal, não somente a ideia mais global do Programa, seus objetivos mais intangíveis eram discutidos.

A questão é entender se esta seria a melhor alternativa para um Programa em que seus gestores o intitulavam de fenomenológico e construtivista. Estas foram as plataformas principais que basearam toda a estrutura e a expansão do Cultura Viva. Discute-se aqui a institucionalização e formalização de uma política pública em que se enfatizava a abordagem completamente oposta a esta percepção.

Por outro lado, a normatização das ações e o estabelecimento de regras mais claras e objetivas são duas ferramentas para o desenvolvimento de atividades e para o maior diálogo com os órgãos de controle existentes. A proposta busca dar mais organicidade e operacionalidade à gestão do Cultura Viva. A questão é tentar mensurar o quanto de fluxo e vivacidade pode se perder neste percurso.

Não existe resposta única. Cada um dos lados dialoga com uma perspectiva e observa um lado específico da ação. Se observarmos os resultados intangíveis, a imaterialidade, a abertura ao diferente e a objetivação do diálogo entre as mais variadas manifestações culturais existentes a proposta de redesenho e “organização” do Cultura Viva pode ser uma forma de institucionalizá-lo e vinculá-lo a padrões e estratégias governamentais que vinham sendo negadas em seu início.

Por outro lado, se discutirmos o mundo real e a necessidade de dar respostas imediatas aos problemas enfrentados no campo pelos

partícipes a ideia de estruturá-lo em ações e propostas mais claras possibilita maior celeridade nos processos e o investimento mais eficiente. Novamente, não existe uma resposta única.

Os ponteiros, durante este período de redefinições, participaram das discussões por meio de representantes no grupo de trabalho formado. A Comissão Nacional de Pontos de Cultura persistiu na tentativa de se manter como esfera de mediação entre governo federal e gestores. A relação entre Estado e grupos sociais já não apresentava a “harmonia” existente no início das atividades no ano de 2004.

Por outro lado, o trabalho dos pontos de cultura voltou-se para o fortalecimento da proposta inclusive em outros países da América Latina. Surgiu neste contexto a ideia de realização de um encontro entre partícipes de Pontos de Cultura do Brasil e algumas propostas já realizadas no exterior. Ocorrido em maio de 2013, em LaPaz, capital da Bolívia, chamado de “I Congresso Latino Americano Cultura Viva Comunitária”.

Na prática foi uma articulação múltipla fruto da mobilização de grupos culturais dos mais diversos países e também de seus governos. O Cultura Viva foi apenas uma abstração, uma inspiração para um encontro onde se discutiram os conceitos desta ação política que nasceu para valorizar as manifestações populares de diversas partes.

A articulação política no Brasil foi em torno da visibilidade e importância que o Congresso realizado na Bolívia traria para a manutenção das atividades do Cultura Viva. Entende-se que o Congresso, de certa forma, ocupou o espaço simbólico que a realização das Teias ocupam na conjuntura política dos partícipes.

A percepção fica assentada na força comunitária e no associativismo entre grupos com origens distintas, mas objetivos semelhantes. A expansão para a América Latina foi também uma forma de fortalecer outros relacionamentos e impor ao governo brasileiro um novo tratamento aos pontos de cultura. Muito mais do que um en-

contro estético, ele foi fruto de toda uma reunião de pautas feitas pelos partícipes em outros encontros e localidades. O Cultura Viva permitiu-se ocupar outros espaços para o fortalecimento da agenda.

Neste contexto a relação entre Estado e sociedade teve como marca o enfrentamento. Seja pela exposição de erros de gestão, pela não liberação de recursos esperados ou pelo desconforto gerado na percepção de diferenças de “patamares” entre os Pontos de Cultura, a busca por culpados nos erros de gestão, a saída dos gestores carismáticos, a saturação burocrática que provocou o travamento das atividades foram algumas das influências que modificaram e trouxeram novas características àquela relação. A mudança de gestores da pasta ministerial e da própria Secretaria acarretam a falta de percepção de unidade e processo político. Soma-se a isso o fato da Secretaria de Cidadania Cultura ter sido fundida com a da Identidade e Diversidade Cultura. Ainda que tenham temáticas parecidas, lidam com muitos atores e dinâmicas, o trabalho do Ministério torna-se ainda mais complexo. Há uma certa perda de importância do Cultura Viva na agenda geral do MinC, outros temas ocupam a centralidade da discussão. O mais paradoxo passa a ser a exportação da idéia para outros países da América Latina. Nem mesmo a aprovação da Lei Cultura Viva e a institucionalização do Programa altera a percepção geral da relação entre estado e grupos sociais.

A fase culmina com a realização da Teia Nacional da Diversidade, entre 19 e 23 de maio de 2014 em Natal – RN. A Teia ilustra a complexidade deste período marcado por redefinições e pelo esforço governamental e dos grupos e tecer novos desenhos a serem percorridos pelos partícipes do Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura. O evento ao amalgamar outras necessidades da Secretaria de Cidadania Cultural confere ao encontro uma nova configuração, pulverização de atividades e anseios a serem ouvidos. A Teia da Diversidade é a marca de novos rumos que serão percorridos na gestão do Cultura Viva.

Conclusão

Parte das reflexões propostas ao longo do trabalho, tendo como base o Programa Cultura Viva, buscaram enfatizar que uma política pública é muito mais do que um conjunto de objetivos, um público-alvo determinado e ações a serem desempenhadas ao longo de um período. Tratamos de disputas ideológicas que perpassam toda a sociedade.

De uma forma geral, acredita-se que o olhar histórico para o desenvolvimento das atividades do Cultura Viva nos coloca mais próximos da percepção de que, apesar da concepção de mediação e maior diálogo entre governo e sociedade, não podemos tratar o processo de implementação política como algo simples e com desenvolvimento homogêneo. Os problemas de gestão enfrentados ao longo destes dez anos de atividades do Programa Cultura Viva nos auxiliam a remontar e entender transformações na própria sociedade.

Falamos de formas de interação que dialogam com o próprio conceito de democracia, uma espécie de reinvenção democrática, pois problematiza-se, sobretudo a tipologia de participação almejada. A questão vai além do respeito à autonomia dos grupos, ou do incentivo ao protagonismo dos sujeitos, ou do interesse que os coletivos se apropriem dos canais existentes ou da interação proposta por uma rede de trocas e interações na área da cultura.

O Cultura Viva pode ser um exemplo para refletirmos sobre as dificuldades enfrentadas na gestão de uma política pública que busca se basear no respeito à autonomia dos sujeitos, mas que ao mesmo tempo convoca os cidadãos a ocuparem espaços de construção e direcionamento político. Em teoria, as bases de fundação do Cultura Viva apontam para um fomento de uma espécie de um controle social por parte dos indivíduos. O desafio é analisar se este discurso ganha perspectivas práticas e pode ser efetivamente percebido na gestão cotidiana das atividades e na construção de uma nova cultura política.

De uma forma geral, esperamos ter contribuído para a reflexão e análise sobre o histórico de atuação do Programa Cultura Viva, mas também ter colaborado com o debate sobre as ações contemporâneas no campo da cultura. De uma maneira geral, estamos lidando com processos ainda em formação, permeando diversos campos do conhecimento, e possibilitando diálogos multidisciplinares e que orientaram a formação deste trabalho.

Notas

1 As Teias Nacionais são os encontros nacionais que ocorreram desde o início do Programa e se caracterizaram por um espaço de discussão, reflexão e conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelos próprios partícipes. Segundo a concepção de Turino para a importância da Teia: Um movimento de inovação permanente. Um movimento em que os diferentes e percebem iguais, esta é a Teia. Um trabalho de parto que “avança sobre os silêncios que se recusa a perceber – tua cultura é tua – ataca, atraca, atua-acontecer – se a gente quiser, se a gente fizer – quem tá pronto da acabado...”, conclui o manifesto da Teia.

A Teia é uma mistura de encantamento, reflexão e organização. O encantamento se dá pela explosão dos Pontos, pela pulsação de sua criatividade, pelo estranhamento, pela descoberta do comum, pelas apresentações artísticas e tudo mais que atue no campo simbólico, do maravilhamento. A reflexão ocorre pela realização de Seminários, debates e também pela partilha do sensível, por formas não acadêmicas de apreensão do conhecimento. A cada novo encontro, um novo tema transversal “Cultura e Economia Solidária” em 2006, “Cultura e Educação” em 2007 e “Cultura e Direitos Humanos” em 2009. Em meio a isso a organização do Fórum dos Pontos de Cultura e grupos temáticos. Essa mistura de gente, coisas e ideias faz aflorar a percepção de que os pontos podem ir além, pois, como disse Gilberto Gil, “da junção de muitos pontos se faz uma linha, que forma desenhos e ideias.” (TURINO: 2009. P. 108)

2 Marta Porto é o nome indicado para gerir a nova secretaria. O tom adotado foi o de coleta de dados dentro da infraestrutura do MinC com o propósito de garantir a liberação de recursos previstos nos editais e possibilitar a normalização das atividades. Este foi o período marcado pela maior tensão entre os Pontos e o governo. O enfrentamento, a exposição dos problemas, a busca por responsabilidades em torno dos erros obtidos e dos atrasos de recursos ficavam evidentes. A “harmonia” existente em outros períodos já não era encontrada entre os partícipes. Expressões como “desmonte do Cultura Viva”, “finalização das atividades” começaram a ser propagadas nas redes virtuais.

Bibliografia

CALABRE, Lia. Políticas Culturais diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

GIL, Gilberto; MINISTÉRIO DA CULTURA. Discurso do ministro Gil na solenidade de transmissão do cargo. Brasília, agosto de 2003. Brasília: MINC, 2005. Disponível em: http://www.gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=131&page=1

LIMA, Deborah Rebello. As teias de uma rede : uma análise do Programa Cultura Viva 2013. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Orientador: Mario Grynszpan. Coorientadora: Lia Calabre.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da TEIA 2007 – Rede Nacional de Pontos de Cultura. Belo Horizonte-MG, 07 de novembro de 2007. Minas Gerais: MINC, 2007.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. Regimento interno. Brasília, 2009. Disponível em: <http://pontosdecultura.org.br/a-comissao/regimento/>. Acesso em: 20/11/2012.

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA; FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA. De Ponto em Ponto a democracia enche o papo. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: Disponível em: <http://www.teia2008.org/?q=node/62>. Acesso em: 20/10/2012.

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA; FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA. Síntese de propostas e resoluções dos Fóruns e encontros estaduais 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://teia2008.org/?q=blog/9>. Acesso em: 30/3/2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EdUFBA, 2007.

SILVA, Frederico A. Barbosa e ARAÚJO, Herton Ellery (org.) (2010) Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania. Brasília: Ipea.